

~~ACÓRDÃO Nº 32.156, DE 19/04/2018~~~~Processo nº 34152014-00~~~~Origem: FUNDEB de Afuá~~~~Assunto: Prestação de Contas Anuais de Gestão - 2014~~~~Responsável: Narelene Wanderley Salomão~~~~Relator: Conselheiro Sérgio Leão~~~~EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDEB DE AFUÁ. EXERCÍCIO DE 2014. PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.~~~~ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 186 a 188 dos autos.~~~~Decisão: I - Julgar regulares as contas anuais de gestão, do FUNDEB de Afuá, exercício de 2014, com fundamento no Art. 45, I, da Lei Complementar Estadual 109/2016, de responsabilidade da Sra. Narelene Wanderley Salomão;~~~~II - Expedir em favor da citada Ordenadora de Despesa o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor de R\$ 54.761.624,79 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e nove centavos).~~~~Protocolo: 14511~~**PUBLICAÇÃO - DESPACHO****DESPACHO DE NÃO ADMISSIBILIDADE E
ARQUIVAMENTO DE CONSULTA
(ART. 300, § 3º, DO RITCM-PA)**

PROCESSO Nº 201800455-00

ASSUNTO: CONSULTA

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL

MUNICÍPIO: CAPANEMA

Trata-se de consulta formulada pelo Presidente da Câmara municipal de Capanema, RUBENS OLIVEIRA ANCELMO (fls. 01 e 02), nos seguintes termos:

1- Os Vereadores fazem jus ao pagamento de 13º salário e terço de férias?

2- Em caso afirmativo, é necessária a regulamentação em lei de iniciativa do Poder Legislativo ou pode ser regulamentada mediante resolução?

3- Se necessária previsão em lei, o pagamento se legitima através de lei válida para a atual legislatura ou deve-se obedecer o princípio da anterioridade no Inciso VI, do Art. 29, da Constituição Federal?

4- O pagamento de 13º salário e terço de férias aos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores deve ser feito mediante lei de iniciativa do Poder Legislativo ou pode ser feita pelo Poder Executivo?

Os autos foram a mim encaminhados, em razão do município, no exercício de 2017, fazer parte do grupo de jurisdicionados sob minha responsabilidade, nos termos do Art. 300, do Regimento Interno vigente.

DA ADMISSIBILIDADE

A consulta vem formulada por autoridade competente, porém se refere a matéria já deliberada pelo Plenário deste tribunal, nos Processos nºs 201703217-00; 201712868-00 e 201800790-00, todos julgados na Sessão do dia 17/04/2018, que resultaram nas Resoluções nºs 13.858; 13.859 e 13.860. Desta forma, nos moldes do previsto no pelo Regimento Interno desta Corte, NÃO A ADMITO, e determino o seu ARQUIVAMENTO, após notificação do interessado, nos termos do §3º, do Art. 300, do mesmo Regimento.

CONCLUSÃO

Encaminho, a título de ORIENTAÇÃO, o citado VOTO da Conselheira Mara Lúcia – Resolução nº 13.858 (Processo nº 201703217-00), o qual seguirá anexo ao presente Despacho, ressaltando que os demais encontram-se disponíveis para consulta, no site do Tribunal.

Com isso, espera-se ter apresentado a direção normativa para a adequação do caso concreto relatado, posto já existir, nos moldes do previsto no Art. 301, §2º, sobre o assunto, decisão Plenária desta Corte.

Belém, 11 de maio de 2018.

ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

CONSELHEIRO RELATOR

Protocolo: 14500